

Editorial



Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Prezados leitores,

É com satisfação que trazemos a público o número 55 da Revista *Educação: Teoria e Prática* apresentando um conjunto de doze textos que expressam um olhar voltado para diferentes perspectivas da educação e manifestam a vitalidade de temáticas que mobilizam o pensar, o agir e o intervir por meio de atividades e práticas diferenciadas. Todos os trabalhos aqui reunidos apresentam, de um modo ou de outro, uma preocupação legítima com a formação e atuação docente e com questões que permeiam o universo educacional na atualidade, bem como com o desenvolvimento de atividades inovadoras.

Neste número, iniciamos apresentando um bloco de artigos que discutem políticas, em âmbitos diversos, de modo a contemplar desde uma abordagem crítica de currículo, outro que põe em questão ações políticas afirmativas no acesso ao ensino superior, na sequência caminha-se para um estudo que particulariza a elaboração do Plano Municipal de Educação em localidade no interior do estado de São Paulo e, ainda, outro que amplia fronteiras geográficas ao traçar um panorama de aspectos regulatórios de formação de professores em quatro países da América do Sul. São os artigos que se seguem.

Tendo como ponto de partida a criação de uma Base Nacional Comum Curricular, o artigo “Em defesa dos currículos praticados pensados nos cotidianos escolares”, escrito por Rafael Marques Gonçalves e Leonardo Ferreira Peixoto, problematiza as bases tradicionais e tecnicistas do pensamento curricular que dão sustentação a essa política ao analisar três ações contrárias à BNCC produzidas pela Associação Brasileira de Currículo (ABdC) e pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), entidades representativas de pesquisadores do currículo.

Em “Princípios de justiça nas ações afirmativas para acesso à educação superior”, Chaiane de Medeiros Rosa analisa de que modo os princípios de justiça incidem sobre as políticas afirmativas para acesso à educação superior brasileira. Destaca a problemática da insuficiência de vagas nas instituições de ensino superior no país, sobretudo para aqueles

provenientes de estratos sociais historicamente excluídos da sociedade, tais como egressos de escolas públicas, negros, indígenas, quilombolas, deficientes, entre outros grupos.

Ao considerar o Plano Municipal de Educação (PME) um importante instrumento que serve como guia de ação para o governo em oposição à imprevisibilidade, o artigo intitulado “Uma análise do processo de elaboração do plano municipal de educação de Rio Claro”, de autoria de Mariana Aparecida da Silva e Maria Aparecida Segatto Muranaka, analisa o PME de Rio Claro (SP) por meio da análise bibliográfica e documental, evidenciando a importância do planejamento de políticas públicas enquanto política de Estado.

Em “Entre o prescrito e o realizado: a atividade lúdica no ensino fundamental de nove anos” as autoras Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da Rocha e Rosângela Benedita Ribeiro analisam os dez anos de experiência com a implantação e implementação do Ensino Fundamental de nove anos na cidade de Itajubá, município do estado de Minas Gerais, a fim de averiguar os modos pelos quais as políticas públicas são implementadas no Brasil. Foram entrevistados Coordenadores Pedagógicos, com diferentes tempos de experiência. A análise do material produzido permite dizer que a dificuldade em atender as leis e prescrições deve-se à fragilidade teórica, ao aligeiramento e sobreposição de informações das instâncias superiores, o que conduz a uma profunda reflexão sobre os modos pelos quais novas políticas públicas são implantadas e implementadas em nosso país.

O artigo internacional "Formación Docente en América del Sur: Aspectos Reguladores" elaborado por Carlos Federico Ayala Zuluaga, Roberto Tadeu Iaochite e Samuel Souza Neto, trata sobre os aspectos reguladores da formação de professores de Educação Física na Colômbia, Brasil, Argentina e Chile. O artigo é derivado da tese de doutorado intitulada “Orientações Pedagógicas no Estágio Supervisionado de Educação Física na Colômbia, Brasil, Argentina e Chile” e discute acerca dos aspectos intrínsecos regionais e culturais utilizados para argumentar em favor da política de formação docente em cada um desses países.

Um outro bloco de artigos remete à discussão da formação; ao considerar aspectos e âmbitos diversos da escolarização em que atuam os professores, traçam perspectivas com vistas ao processo formativo.

Na perspectiva da formação docente, Miriane Zanetti Giordan, Márcia de Souza Hobold e Marli Eliza Dalmazo Afonso André trazem à pauta, em seu artigo intitulado “Professores iniciantes dos anos finais do ensino fundamental: indicação das necessidades formativas”, questões indicadas pelos próprios professores iniciantes que atuam no segundo ciclo do ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino de Joinville. Entre elas, como

utilizar tecnologias e como lidar com a inclusão de alunos com deficiência, não contempladas na formação inicial.

O artigo de Rinaldo Correr, Leticia Mansano Barros e Cleiton José Senem “Crianças acolhidas institucionalmente e educação escolar: o que pensam os professores?” nos leva a conhecer quais as concepções de professores sobre crianças em acolhimento institucional, em uma escola regular de ensino fundamental no interior de São Paulo, e a descobrir que existe um universo de significados que determina a ação pedagógica. Uma das contribuições do artigo leva-nos a refletir sobre as crianças abrigadas, que são percebidas como depositárias de atributos que se confundem como naturais ou resultantes da condição de carência e sofrimento vivenciadas em sua história de vida.

Outro trabalho que analisa a questão da formação, organizado por Márcia Regina Onofre, Cleonice Maria Tomazzetti e Andressa de Oliveira Martins, é o artigo “A creche como espaço de aprendizagem de professoras da educação infantil” que analisa os reflexos de um projeto de extensão da UFSCar voltado para processos formativos e de construção e ressignificação da identidade das docentes da educação infantil de uma CEMEI da SME de São Carlos, visando contribuir para o entendimento da escola como lócus de formação continuada, de compartilhamento de experiências, saberes e práticas.

A temática “Aprendizagem docente na educação infantil: saberes de professoras que atuam nas creches” é abordada no artigo de Monique Aparecida Voltarelli e Maria Iolanda Monteiro como forma de compreender e discutir sobre os saberes advindos da prática profissional e da troca de conhecimentos com professoras mais experientes, que se constituem, segundo as autoras, como as principais fontes de aprendizagem para a docência na educação infantil.

Por meio de entrevistas semiestruturadas e da análise textual discursiva, Thamiris Christine Mendes e Ana Lúcia Pereira compõem o artigo “Ser professor e manter-se na profissão: um estudo com docentes da educação básica” buscando desvelar o ser e o manter-se professor.

Dois artigos finais trazem significativa contribuição à composição deste número: um deles apresenta uma revisão de produções em teses e dissertações no ensino do direito; o outro relaciona conteúdos e tecnologias.

Uma análise sobre o ensino universitário é realizado por Adriana Mallmann Vilalva, Leandro Gonçalves Martins e Paulo Angelo Lorandi no artigo “O ensino do direito no Brasil. As vozes das pesquisas” que realiza uma revisão sistemática em dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação em Educação e Direito no Brasil, de trabalhos

vinculados ao tema da formação docente. Trabalhos como esse são essenciais para a comunidade científica pois contribuem sobremaneira para um levantamento geral da temática e área investigada.

Na área das Ciências, o trabalho intitulado “Apresentando outros sistemas solares nas aulas de ciências através de ferramentas online e aplicativos digitais”, de autoria de Michele Rascalha e Charles Morphy Santos promove a reflexão sobre como algumas ferramentas de divulgação científica e pesquisa podem servir ao propósito de desenvolver o tema vida e universo nas escolas. Tais ferramentas incluem aplicativos para tablets, sites oficiais, simuladores e projetos de citizen science – por meio dos quais os internautas podem contribuir diretamente com as pesquisas científicas.

Boa leitura!

Prof^a. Dr^a. Andreia Osti